

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.791.760 - SP (2019/0008809-8)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
EMBARGANTE : SONIA MARIA NAHAS
EMBARGANTE : JOSE EDUARDO NAHAS
ADVOGADO : JULIANA CAMPOS VOLPINI PASCHOALI E BARBOSA -
SP171247
EMBARGADO : BANCO SISTEMA S.A
OUTRO NOME : BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S.A.
ADVOGADOS : RODRIGO DE SÁ DUARTE E OUTRO(S) - SP222643
PATRICIA MARQUES - SP274508

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA E INOVAÇÃO RECURSAL. DESCABIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por SONIA MARIA NAHAS e OUTRO em face de decisão assim ementada:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CPC/2015. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C REINTEGRAÇÃO DE POSSE. INDENIZAÇÃO PELA OCUPAÇÃO INDEVIDA DO IMÓVEL. LIMITAÇÃO AO VALOR DAS PARCELAS A SEREM RESTITUÍDAS. DESCABIMENTO. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DO PROMITENTE COMPRADOR. NECESSIDADE DE INDENIZAÇÃO POR TODO O PERÍODO DE OCUPAÇÃO. 'RESTITUTIO IN INTEGRUM'. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DESTA CORTE SUPERIOR. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (fl. 239)

A parte embargante alega, essencialmente, que haveria contradição no *decisum* ora embargado, na medida em que teria havido inércia por mais de dez anos do banco demandado em buscar a retomada do imóvel, de modo que a indenização por ocupação "irá trazer inúmeros prejuízos aos embargantes" (fl. 247).

Aduziu que terceiros estavam na posse do imóvel, de modo que os ora embargantes não seriam responsáveis pela indenização de ocupação.

É o relatório.

Passo a decidir.

Os embargos de declaração não merecem ser acolhidos.

No que tange à alegação de inércia do banco demandado em promover a retomada do imóvel, não se verifica omissão ou contradição no *decisum* ora embargado, pois, inerte ou não o banco, nada justificaria a permanência gratuita dos ora embargantes no imóvel.

Sobre esse ponto, confira-se o seguinte trecho do *decisum* ora embargado:

A jurisprudência desta Corte Superior, com base no princípio do não enriquecimento sem causa e da regra da restitutio in integrum, orienta-se no sentido de ser cabível a condenação do promitente comprador ao pagamento de indenização pelo período de ocupação indevida do imóvel.

.....

No caso em tela, o Tribunal de origem limitou o valor da indenização ao do crédito a ser restituído ao promitente comprador, de modo que, uma vez atingido esse limite, nada mais seria devido a título de ocupação do imóvel.

*Esse entendimento do Tribunal de origem, além de não encontrar respaldo na jurisprudência desta Corte Superior, constitui, na verdade, um estímulo à ocupação indevida do imóvel, pois, uma vez atingido o referido limite, o promitente continuaria **ocupando o imóvel a título gratuito**. (fl. 240/3, sem grifos no original)*

De outra parte, no que tange alegada ocupação do imóvel por terceiro, trata-se de flagrante inovação recursal, pois essa questão não havia sido devolvida ao Tribunal de origem.

Ademais, por força do princípio da relatividade dos contratos, a relação jurídica estabelecida entre o terceiro e os ora embargantes em nada altera a relação anteriormente formada entre estes e o banco ora embargado (*res inter alios acta, aliis nec prodest nec nocet*).

Destarte, os embargos de declaração não merecem ser acolhidos.

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Superior Tribunal de Justiça

Advirta-se para o disposto no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator